

Consulta Pública

Assistência Social

AÇÕES PROPOSTAS

1	Buscar parcerias visando a manutenção e expansão dos espaços de acolhimento e equipes especializadas para atender crianças e adolescentes no IMLs.
2	Convocar o poder público, organizações da sociedade civil e outras instituições para informar, delimitar papéis e atribuições, visando a gestão execução desse Plano.
3	Equipar, construir ou reformar os equipamentos socioassistenciais.
4	Expandir as equipes multidisciplinares para atuação no âmbito judiciário com foco em criança e adolescente, conforme previsto na legislação.
5	Garantir a implementação das ações previstas no Plano Municipal da Primeira Infância aprovado no Município no ano de 2015.
6	Garantir a participação dos munícipes no programa de complementação nutricional de gestantes, nutrizes e crianças, com até meio salário mínimo per capita, através do CRIA (Programa Criança Alagoana).
7	Garantir execução orçamentária para a política de Assistência Social.
8	Garantir percentual mínimo de 5% da receita bruta anual do Município na Lei Orçamentária anual - LOA para execução da Política de Assistência Social.
9	Garantir por meio de parcerias, a disponibilidade de sala especial na comarca e implementar equipes multidisciplinares para atuar na escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes.
10	Motivar a participação de crianças e adolescentes nos espaços de convivência e construção de políticas públicas, através de ações da coordenação pedagógica das escolas, da criação de ações a exemplo do Núcleo de cidadania de adolescentes - NUCA e das Conferências Lúdicas.
11	Promover ações de divulgação e orientação, de forma sistemática, sobre os programas, benefícios e serviços socioassistenciais.
12	Promover o acesso dos beneficiários do PBF (programa Bolsa Família) em programas de inclusão produtiva, aprendizagem e qualificação profissional.
13	Qualificar as equipes de referência com oferta de capacitação continuada.
14	Realizar concursos públicos para contratação de profissionais e manter o quadro de pessoal necessário para a execução dos programas, benefícios e serviços socioassistenciais.
15	Revisar o Plano Municipal da Primeira Infância aprovado no Município no ano de 2015.
16	Disponibilizar locais adequados para abrigar crianças, adolescentes e famílias temporariamente.

